



LEI Nº 507 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO A DOAÇÃO DE ALIMENTOS- BANCO DE ALIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Pingo D'água, Estado de Minas Gerais, por meio de seus representantes Legais aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado no âmbito da Prefeitura Municipal de Pingo D'água, o **PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À DOAÇÃO DE ALIMENTOS- BANCO DE ALIMENTOS**, com objetivo de captar doações de alimentos e promover sua distribuição, diretamente, ou através de entidades previamente cadastradas às pessoas e/ou famílias em situação de vulnerabilidade social, especialmente no que se refere às condições para aquisição de alimentos.

Art. 2º. O programa terá como principal objeto, arrecadar junto aos produtores rurais, estabelecimentos industriais e comerciais e ao público em geral, alimentos em condições próprias para serem consumidos com segurança, que por qualquer razão tenham perdido sua condição de comercialização sem, no entanto, terem tido alteradas as propriedades que garantam condições plenas e seguras para o consumo humano.

Art. 3º. Para o atendimento ao disposto desta Lei, o poder Executivo deverá criar condições administrativas, técnicas e sanitárias, necessárias a triagem, separação e distribuição dos alimentos recebidos em doação.

Art. 4º. A distribuição de alimentos às pessoas ou famílias poderá ser realizada através de entidades representativas de classe, assistenciais e religiosas, sem fins lucrativos, previamente cadastradas pela Secretaria Municipal de Ação Social e Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo 1º. As entidades citadas no caput deste artigo, que promoverem a distribuição de alimentos deverão informar quinzenalmente, à Secretaria de Ação Social, o número de pessoas e/ou famílias atendidas com as doações deste programa.



Parágrafo 2º. As entidades que promoveram a distribuição de alimentos deverão preservar qualquer tipo de publicidade ou divulgação sobre a identidade dos beneficiários finais.

Art. 5º. O poder Executivo deverá coordenar o programa buscando racionalizar a coleta e a distribuição, devendo incentivar a instituição do presente programa através de campanhas constantes para estímulos a doação.

Art. 6º. A operacionalização do programa ficara a cargo da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que expedirá as normas complementares para o seu perfeito funcionamento.

Parágrafo Único. A prefeitura Municipal de Pingo D'Água com a interveniência da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e/ou da Secretaria Municipal de Ação Social e Desenvolvimento Econômico, poderá formar parcerias e celebrar convênios com outros órgãos e entidades, governamentais ou não, para consecução dos objetivos do programa.

Art. 7º. Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder às adequações necessárias ao orçamento vigente para implementação desta Lei.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições ao contrário.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e a execução da presente lei pertencer, que a cumprir e a faça cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Pingo D'água, 16 de dezembro de 2020.

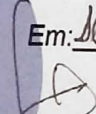

Artur Carlos da Silva

Prefeito Municipal

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os devidos fins nos termos do art. 97 da Lei Orgânica Municipal, que a presente Lei foi publicada no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Pingo D'Água/MG.

Em: 16.12.2020


Sec. Municipal de Administração